



Organização dos  
Estados Americanos



## COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO (CICTE)

DÉCIMO SEGUNDO PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES  
7 de março de 2012  
Washington, D.C.

OEA/Ser.L/X.2.12  
CICTE/INF.1/12  
7 março 2012  
Original: inglês

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL  
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS,  
JOSÉ MIGUEL INSULZA

(Pronunciado na cerimônia de abertura, realizada em 7 de março de 2012)

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL  
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS,  
JOSÉ MIGUEL INSULZA

(Pronunciado na cerimônia de abertura, realizada em 7 de março de 2012)

Excelentíssima Senhora Presidente do Comitê Interamericano contra o Terrorismo,  
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, Embaixador Jorge Skinner-Klée,  
Senhoras e Senhores Delegados das Representações Permanentes dos Estados membros junto à OEA,  
Senhor Secretário de Segurança Multidimensional, Embaixador Adam Blackwell,  
Senhor Secretário do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, Gordon Duguid,  
Senhoras e Senhores,

Encontramo-nos hoje novamente reunidos, no âmbito da decisão do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) de retomar a consideração de temas de grande importância para a Organização e seus Estados membros. Nesta oportunidade, o Comitê discutirá o “Fortalecimento da segurança cibernética nas Américas”, e aprovará uma declaração nesse sentido, que representa um componente inestimável do renovado compromisso dos Estados membros na luta coletiva do Hemisfério contra o terrorismo.

A declaração é de grande relevância, uma vez que, ao aprová-la, disporemos de um documento consensual, que orientará e apresentará diretrizes definidas sobre o trabalho que devemos realizar e uma série de princípios que devemos seguir para enfrentar as ameaças à segurança cibernética.

A região sempre esteve na vanguarda na luta contra o terrorismo. Já na primeira Cúpula das Américas, em 1994, os presidentes do Hemisfério fizeram um apelo à convocação de uma conferência especial da OEA sobre a prevenção do terrorismo. Nossos países criaram o CICTE, com o objetivo principal de promover a cooperação entre os Estados membros para prevenir, combater e eliminar o flagelo do terrorismo

O tema central do Décimo Segundo Período Ordinário de Sessões do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, a segurança cibernética, é da maior importância para todos os nossos Estados e seus cidadãos. As novas tecnologias e o progresso das telecomunicações possibilitaram extraordinários resultados e delinearão o que, até recentemente, eram novos e inimagináveis horizontes. No entanto, as conquistas desta era moderna, infelizmente, abriram a porta a crescentes ameaças cibernéticas, que suscitam problemas novos e desafiadores. Para sua prática, não há, nem importam, alfândegas ou outros controles de fronteiras terrestres, portos ou aeroportos. Não se requer passaporte ou visto, ou identidade alguma. De fato, não é necessário que os autores materiais ou intelectuais se encontrem no país em que são praticados.

A cada dia, cada um de nossos cidadãos e os governos que os representam dependem ainda mais das redes, sistemas de informação e tecnologias relacionados com o espaço cibernético e a ele integrados. Indivíduos, famílias, empresas e governos utilizam a rede global da Internet, computadores, programas, telefones celulares, correios eletrônicos; uma infra-estrutura física e

virtual para a informação e as comunicações, crítica tanto para a segurança nacional, regional e individual, como para a segurança econômica, a qualidade de vida e a prosperidade de nossa gente. É que a livre circulação da informação e das comunicações, e sua respectiva privacidade, são essenciais para o funcionamento e os objetivos dessas redes e da inovação necessária para o crescimento econômico e o desenvolvimento social em uma economia globalizada.

Os incidentes cibernéticos podem apresentar infinidades de formas e acarretar as mais graves conseqüências. Governos e Estados podem ser virtualmente paralisados. Empresas e negócios, em suma, os níveis de emprego e a prosperidade econômica de um país podem ver-se afetados pelo roubo de informação confidencial e propriedade intelectual. Indivíduos podem ser vítimas de fraudes ou roubo de informações pessoais, médicas ou de outra natureza, ou transformar-se em alvo de uma infinidade de crimes contra a pessoa e sua propriedade.

Terroristas, criminosos e organizações criminosas exploram tanto a vulnerabilidade quanto as vantagens das tecnologias da informação e das comunicações, para executar atividades ilegais que variam significativamente de país para país e, inclusive, entre as regiões de um mesmo Estado: o tráfico de drogas e armas ilícitas; o tráfico de pessoas; o contrabando; o seqüestro; o uso da rede da Internet para finalidades terroristas; a incitação ao terrorismo; a extorsão; os crimes contra a propriedade; a corrupção; e a lavagem de ativos relacionada com essas e outras formas de crime organizado nacional e internacional.

Nossa capacidade de resposta a essas ameaças ainda apresenta deficiências.

Necessitamos aumentar a conscientização sobre a importância da segurança cibernética em todos os níveis, mas, especialmente, no nível da tomada de decisões políticas, a fim de promover a adoção de práticas e estratégias nacionais de segurança cibernética, que possibilitem promover de maneira efetiva e acertada a implementação das medidas essenciais para o melhor e honesto uso e aproveitamento das tecnologias da informação e das comunicações.

Necessitamos intensificar a capacitação de pessoal altamente qualificado, fundamental para responder adequadamente a essas ameaças – de natureza multidimensional – às redes e sistemas críticos de informação, para que seja possível prevenir incidentes de segurança cibernética e a eles responder, bem como localizar, investigar e submeter à justiça os responsáveis por esses crimes.

Para combater uma rede se necessita de uma rede. Para combater as ameaças à segurança cibernética, bem como o terrorismo e as redes da criminalidade organizada transnacional, são necessárias redes transnacionais de atores públicos e privados preparados e dispostos a cooperar para prevenir a ação criminosa e fazer respeitar as leis.

A OEA fez progressos significativos nesse terreno. Em 2004, os Estados membros adotaram a Estratégia Interamericana para Combater as Ameaças à Segurança Cibernética. No âmbito dessa estratégia, o Grupo de Peritos Governamentais em Matéria de Delito Cibernético, da Reunião de Ministros da Justiça ou de Outros Ministros ou Procuradores-Gerais Américas, se concentrou no desenvolvimento dos instrumentos jurídicos necessários para proteger os usuários da Internet e de redes de informação bem como na assistência aos Estados membros no aumento da respectiva capacidade de investigar e processar legalmente.

Por sua vez, a Comissão Interamericana de Telecomunicações se dedicou a promover uma cultura de segurança cibernética e a colaborar com governos e empresas privadas na elaboração e implementação de normas e regulamentos na matéria.

Finalmente, a Secretaria do CICTE cooperou com os Estados membros na ampliação da capacidade permanente de vigilância, alerta e resposta, no que se refere às ameaças à segurança cibernética. Essa cooperação se traduziu na criação de Equipes de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (CSIRT, na sigla em inglês), que já somam 16. A Secretaria vem também desenvolvendo uma rede hemisférica de CSIRT e atores, na área de segurança cibernética, que conta com 100 usuários, que representam 19 Estados membros. Do mesmo modo, promove a elaboração de políticas e estratégias de segurança cibernética e, reconhecendo a importância da sociedade civil e do setor privado, colabora com esses atores em diferentes atividades, com a finalidade de incentivar a cooperação e o intercâmbio de informações e boas práticas.

Ao longo dos últimos anos, procuramos estender pontes entre os países e suas competências, promovendo a cooperação para enfrentar essas ameaças transnacionais e multidimensionais. Empenhamo-nos, principalmente, em contribuir para o fortalecimento da capacidade técnica de nossos Estados membros; colaborar no desenvolvimento de uma consciência de segurança cibernética; fortalecer a capacidade jurídica e institucional; e reforçar os vínculos e sistemas de cooperação entre os países, no caso de um ataque cibernético.

Este ano, o CICTE concentrará suas atividades em fortalecer a cooperação internacional para, juntos, enfrentarmos essas ameaças. Nesse contexto, a ação dos países ganha maior relevância. A OEA, por meio da Secretaria do CICTE, se propõe, entre outros objetivos, a apoiar os Estados membros que ainda não tenham criado a Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (CSIRT); a melhorar a capacidade técnica do pessoal das CSIRT nacionais já criadas; a promover o desenvolvimento de estruturas ou estratégias nacionais de segurança cibernética; e a aumentar e consolidar a cooperação regional e internacional existentes, bem como com o setor privado, em temas relacionados com a segurança cibernética e, especialmente, com a proteção da infra-estrutura de informação crítica.

O desenvolvimento de uma visão moderna de cooperação entre o setor público e o privado – que é o proprietário e operador da maior parte das infra-estruturas de informação de que os países dependem – e entre os governos da região é uma necessidade imperiosa para melhorar a segurança e a capacidade de prevenção, resposta e recuperação da infra-estrutura crítica de informação e comunicações ante as ameaças cibernéticas.

Finalmente, gostaria de destacar essa cooperação que vimos promovendo com o setor privado, que é um ator fundamental para qualquer estratégia de segurança cibernética que aspire a ter alguma probabilidade de êxito. Nesse sentido, quero expressar nosso reconhecimento à Vice-Presidente de Assuntos Governamentais e Políticas Globais de Segurança Cibernética da *Symantec Corporation*, Cheri Maguire, que participará das deliberações deste Comitê, e a elas dará sua contribuição.

A OEA, como órgão político que reúne todos os Estados membros soberanos do continente, oferece um espaço político e jurídico para que as autoridades nacionais das Américas em matéria de segurança cibernética possam trocar informações, coordenar ações e, em definitivo, desenvolver a

cooperação necessária para a construção e a consolidação dessas redes imprescindíveis para enfrentar as ameaças antes mencionadas.

Esperamos, sinceramente, que desse esforço surja uma vontade mais sólida para que, juntos, contribuamos para o fortalecimento da capacidade nacional e regional de enfrentar os crimes cibernéticos e a criminalidade organizada ou o terrorismo cibernético que deles se valem, em busca de nosso objetivo comum, que outro não é senão o bem-estar e a prosperidade de nossos cidadãos.

Para concluir, desejo expressar meu agradecimento à Presidência de Grenada e à Vice-Presidência da Guatemala, do CICTE, pela destacada liderança durante todo o ano passado; aos Estados membros e Observadores Permanentes, pelo apoio e ativa participação nas atividades do Comitê; e à Secretaria, pela dedicação. Muito obrigado.